



ACÓRDÃO Nº1732/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11780/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará-SAAE.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Sra. Márcia Brandão dos Santos (Ordenadora de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5578/2022-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator em substituição:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará-SAAE. Exercício de 2021.

Regularidade. Quitação. Determinação. Ciência. Arquivamento.

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Alípio Reis Firmo Filho, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará-SAAE, de responsabilidade da **Sra. Márcia Brandão dos Santos**, referente ao exercício de 2021, em razão do saneamento de todas as restrições apontadas pela Comissão de Inspeção, com fundamento no art. 22, I da Lei nº 2423/96;
- 11.2. **Dar quitação à Sra. Márcia Brandão dos Santos**, de conformidade com os arts. 23 e 72, I, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c art. 189, I, da Resolução nº 02/2002 RITCE-AM;
- 11.3. **Determinar recomendação** à origem, nos termos do Art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM, para que atente ao disposto no art. 1º, § 1º c/c art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, no sentido de realizar um adequado planejamento, no intuito de prevenir riscos e corrigir desvios



ACÓRDÃO Nº1732/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas;

11.4. Dar ciência à Sra. Marcia Brandão dos Santos, sobre o teor da Decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

11.5. Arquivar o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

12 - Ata: 36ª Sessão Ordinária - Tribunal Pleno.

13 -Data da Sessão: 4 de Outubro de 2022.

14 -Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14.1. Auditor presente e Relator, em substituição: Alípio Reis Firmo Filho.

15 - Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator, em substituição

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral